



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE
– CÂMARA MUNICIPAL –

CONVITE

**AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NADADOR-
SALVADOR PARA AS PISCINAS MUNICIPAIS DE
MONCHIQUE**

Ajuste Direto

Ao abrigo da alínea d), do n.º 1 do artigo 20.º do CCP



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

– CÂMARA MUNICIPAL –

1. OBJETO DO FORNECIMENTO

Ajuste Direto, estabelecido em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), que tem como objeto a aquisição da prestação de serviços de nadador-salvador para as Piscinas Municipais de Monchique.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

Câmara Municipal de Monchique, NIF 506 826 961

Travessa da Portela, n.º 2

8550 – 470 Monchique

Website: www.cm-monchique.pt

Email: aprovisionamento@cm-monchique.pt

geral@cm-monchique.pt

Telefone: (351) 282 910 200

Fax: (351) 282 910 299

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal, em regime de permanência, Humberto Sério, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara, através do despacho n.º 06/2021 de 14 de outubro.

4. MODO E PRAZO DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 23:59h do nono **dia a contar da data do envio do convite**, através da plataforma de contratação pública acinGov.

5. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

- 5.1. Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe fazê-lo;
- 5.2. Com a proposta, o concorrente deve apresentar os seguintes documentos;
 - 5.2.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** do DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto (CCP);
 - 5.2.2. Cópia do Registo Comercial da empresa concorrente;
 - 5.2.3. Os preços constantes na proposta (total e unitários) devem ser indicados em algarismos e não incluem IVA, de acordo com o n.º 1 do art.º 60.º do DL n.º 111 -B/2017 de 31 de agosto (CCP);
 - 5.2.4. Condições de pagamento;
 - 5.2.5. Prazo de entrega
 - 5.2.6. Não são admitidas propostas variantes.

6. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

– CÂMARA MUNICIPAL –

Os documentos que constituem a proposta devem ser, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa, admitindo-se expressões e/ou designações técnicas específicas, redigidas na língua inglesa.

7. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados do termo fixado para apresentação das propostas.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo do fornecimento do serviço é pelo o período de três meses e meio, entre o dia 3 de junho e 14 de setembro, ao abrigo do art.º 471 do CCP.

9. PREÇO BASE

9.1. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do concurso;

9.2. O preço base para o presente procedimento é de **€ 7 500.00 (sete mil e quinhentos euros)**;

9.3. O valor do preço base não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

10. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

10.1. O interessado pode solicitar esclarecimentos por escrito relativos ao processo de concurso, durante o primeiro terço do prazo fixado no ponto 4.1. (de acordo com o n.º1 do art.º 50º DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto);

10.2. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento e a retificação das mesmas serão efetuadas até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas em conformidade com o art.º 116.º do Dec. Lei 111-B/2017 de 31/08.

11. ÓRGÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

O Órgão para prestar esclarecimentos é o Órgão competente para a decisão de contratar, em conformidade com o art.º 50º do CCP.

12. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta não será objeto de negociação

13. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO

13.1. Os documentos de habilitação deverão ser entregues no prazo de **cinco dias úteis** após notificação da decisão de adjudicação, tendo o adjudicatário dois dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do art.º86.º do DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

– CÂMARA MUNICIPAL –

13.2. Os documentos de habilitação a entregar pelo adjudicatário são os estipulados no art.º 81.º do DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, designadamente:

13.3. Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II** do DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, (CCP) na atual redação;

- i. Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
- ii. Documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a **Segurança Social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- iii. Documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a **dívidas por impostos ao Estado Português** ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

13.4. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, os fornecedores selecionados podem, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

13.5. Se algum dos prestadores de serviços selecionados for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos anteriormente indicados devem ser apresentados por todos os seus membros.

13.6. Os prestadores de serviços selecionados deverão proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues.

13.7. Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certidões legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.

13.8. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

14. CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução nos termos do disposto na al. a) n.º 2 do artigo 88.º do DL111-B/2017 de 31 de agosto.

15. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

15.1. O critério de adjudicação é o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela avaliação do custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP e que cumpram cumulativamente as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.

15.2. Para efeitos do disposto no número anterior, a proposta economicamente mais vantajosa é a que apresentar o mais baixo preço;



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

– CÂMARA MUNICIPAL –

15.3. Não serão consideradas para efeito de análise e adjudicação as propostas cujo valor exceda o valor do preço base, conforme previsto na alínea d) do nº 2 do Artigo 70º do Código dos Contratos Públicos.

15.4. Não serão consideradas para efeito de adjudicação as propostas que apresentem um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no Artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.

15.5. No caso de empate entre propostas, são selecionados os concorrentes na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados.

16. PROPOSTA COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

17. EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

São excluídas as propostas que:

1. Não sejam assinadas pelos concorrentes ou seus representantes com poder para tal;
2. Não contenham os elementos exigidos;
3. Sejam apresentadas com variantes ou com alterações das cláusulas do Caderno de Encargos;
4. Se verifique a impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
5. O preço contratual seria superior ao preço base;
6. Apresentem um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no Artigo 71º do Código dos Contratos Públicos;
7. O contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
8. Evidenciem a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

18. ANÁLISE DE PROPOSTAS

18.1. As propostas são analisadas em todos os atributos representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério da adjudicação, e termos ou condições;

18.2. São excluídas as propostas que se encontrem abrangidas pelo nº 2 do art.º 70 do CCP.

19. ANULAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

19.1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário;

19.2. Não entregue a documentação (Documentos de habilitação) que lhe é exigida e no prazo fixado.

20. CAUSAS DA NÃO ADJUDICAÇÃO

20.1. Não há lugar a adjudicação se, se verificar alguma das causas estabelecidas no art.º 79 do CCP.;



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

– CÂMARA MUNICIPAL –

20.2. Não há lugar à adjudicação quando todas as propostas apresentadas sejam consideradas inaceitáveis pela entidade competente para autorizar a despesa;

20.3. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificadas da correspondente decisão, e dos respetivos fundamentos.

21. FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 do art.º 86 do CCP.

22. FORO JUDICIAL

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé com expressa renúncia a qualquer outro.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

Em tudo o que for omissa prevalece o disposto no diploma legal em vigor, designadamente, o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Aguardando o que se lhe oferece sobre o assunto, com os melhores cumprimentos.

Monchique, março de 2025

O Vice-Presidente

(Humberto Fernandes Sério, Dr.)